



Recebido: 01/10/2023 | Revisado: 29/11/2023 | Aceito: 12/12/2023 | Publicado: 29/12/2023

This work is licensed under a  
Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

DOI: 10.31416/rsdv.v11i3.781

## Critérios para divisão de recursos financeiros e orçamentários da Política de assistência estudantil na rede federal: revisão sistemática de literatura

*Criteria for dividing financial and budgetary resources in the implementation of the student assistance policy in federal education institutions: a systematic literature review*

ROCHA, Evicaline dos Santos. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica

Discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Campus Salgueiro - IFSertãoPE. BR 232, km 508, s/n - Salgueiro - PE - Brasil. CEP: 56.000-000 / E-mail: evicaline.rocha@ifsertaope.edu.br

OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Doutor Ciência da Computação

Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Campus Salgueiro - IFSertãoPE - Campus Salgueiro. BR 232, km 508, s/n - Salgueiro - PE - Brasil. CEP: 56.000-000 / E-mail: francisco.oliveira@ifsertaope.edu.br

### RESUMO

A política de assistência estudantil, regulamentada com base no Decreto 7.234/2010 que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), consiste em uma estratégia para garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em instituições federais de ensino, de forma a minimizar efeitos das desigualdades sociais e culturais e reduzir os níveis de retenção e evasão, de forma a garantir a conclusão do curso com êxito. Este trabalho objetiva conhecer os critérios para a divisão dos recursos financeiros e orçamentários na execução da política de assistência estudantil, especialmente quanto à oferta dos auxílios. A análise justifica-se considerando que o cenário atual evidencia uma insuficiência de recursos que resulta no não atendimento a todas as áreas propostas pelo programa e não alcança a todos os estudantes que têm perfil para acessá-la. Realiza-se uma revisão sistemática de literatura a partir de 06 bases de pesquisas, reunindo os materiais que satisfaçam as perguntas motivadoras e atendam a delimitação temporal de 2008 a 2023. Pode-se concluir que a temática da divisão de recursos na execução da política de assistência estudantil, especialmente no contexto dos Institutos Federais, ainda demanda novos estudos, sendo consenso entre os autores que há uma insuficiência de recursos acentuada com os recentes contingenciamentos e cortes orçamentários promovidos nos últimos governos.

**Palavras-chave:** assistência estudantil, divisão de recursos, recursos financeiros e orçamentários, Revisão Sistemática de Literatura.

### ABSTRACT

The student assistance policy, regulated on the basis of Decree 7.234/2010, which deals with the National Student Assistance Program (PNAES), consists of a strategy to guarantee the permanence of students in situations of socio-economic vulnerability in federal educational institutions, in order to minimize the effects of social and cultural inequalities and reduce the levels of retention and evasion, so as to guarantee the successful completion of the course. The aim of this study is to find out the criteria for dividing financial and budgetary resources in the implementation of the student assistance policy, especially with regard to the provision of aid. The analysis is justified considering that the current scenario shows an insufficiency of resources that results in not meeting all the areas proposed by the program and does not reach all the students who have the profile to access it. A systematic review of the literature was carried out using 6 research databases, gathering materials that satisfied the motivating questions and met the timeframe of 2008 to 2023. It can be concluded that the issue of the division of resources in the implementation of the student assistance policy, especially in the context of the Federal Institutes, still requires further study, with a consensus among the authors that



there is an insufficiency of resources accentuated by the recent contingencies and budget cuts promoted by recent governments.

**Keywords:** student assistance, division of resources, financial and budgetary resources, Systematic Literature Review.

## Introdução

A divisão de recursos financeiros e orçamentários da assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), instituições que integram a Rede Federal de Educação, é uma importante campo de estudo pois revela aspectos do acompanhamento e avaliação de uma política pública que visa a permanência estudantil no processo de formação educacional. Diante de um contexto de expressiva desigualdade social no Brasil, a garantia da igualdade de condições de acesso e permanência do estudante é um princípio constitucional na defesa do direito social à educação.

Este estudo parte da análise empírica identificada no cotidiano de trabalho no IF Sertão PE no qual evidencia que o recurso orçamentário e financeiro disponibilizado anualmente para execução das ações da assistência estudantil não permite que todos os estudantes aptos nos processos seletivos e que estão dentro do perfil socioeconômico possam acessar a política, bem como a oferta de auxílios comumente se restringe a apenas algumas áreas definidas no Decreto Federal 7.234/2010. Deste modo, a análise realizada parte da seguinte indagação: Como ocorre a definição orçamentária para fins de oferta de auxílios da assistência estudantil nos IF's?

Como objetivo, busca-se conhecer os critérios para a divisão dos recursos financeiros e orçamentários na execução da política de assistência estudantil, especialmente quanto à oferta dos auxílios. Esta investigação permitirá aprimorar a análise da temática através do conhecimento científico, bem como analisar como se apresenta este campo de estudo.

Este trabalho utiliza-se como método a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), no qual partindo de um problema de pesquisa, definiu-se os principais termos que organizados em diferentes combinações, resultaram nos Strings utilizados na busca. A pesquisa observa ainda critérios de inclusão e exclusão em diferentes plataformas digitais que consideram termos em português e/ou inglês. A perspectiva apresentada



da RSL está baseada em Araújo e Oliveira (2021), Silva e Oliveira (2021) e Silva e Oliveira (2022).

A seguir, realizaremos uma breve contextualização teórica sobre a execução da assistência estudantil nos IF's, descrever a metodologia utilizada na definição do protocolo de busca e discutir os resultados encontrados.

### **Fundamentação teórica**

A assistência estudantil (AE) integra uma política de permanência direcionada a estudantes nos Institutos Federais de Ensino, regulamentada pelo Decreto federal 7234/2010 que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa, vale ressaltar, foi estruturado com ênfase no público do ensino superior, com respaldo para abrangência dos IF's apenas em uma menção no artigo 4º da normativa.

Segundo Reis e Gonçalves (2018), é com base no art. 4º que está assegurado a abrangência do programa aos estudantes do ensino técnico e ensino superior. A partir deste decreto as instituições passam a elaborar e regulamentar sua própria política a partir dos seus conselhos superiores.

Na execução do PNAES é respeitada as especificidades de cada instituição, ao permitir que se estabeleça regulamentação própria, no qual constará de forma detalhada a oferta de auxílios, o público-alvo a que se destina e critérios de seleção, com base nas dez áreas de atuação pré-definidas pelo programa: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Reis e Gonçalves (2018) destacam que pode conter diversos programas contemplados em uma política, dos universais aos direcionados a grupos específicos. Destaca-se então o Programa de promoção à permanência, que é direcionado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, no qual exigem um processo de seleção através de estudo socioeconômico realizados por Assistentes Sociais, com foco nas áreas de alimentação, moradia e creche, bem como proporciona o repasse financeiros a grupos determinados, como o Proeja.



Para Marques e Ferreira (2023), embora a política institucional apresente alguns programas, há um destaque ao Programa de Auxílio Permanência que oferta benefícios a estudantes em situação de vulnerabilidade, compreendendo auxílios para custeio de alimentação, material didático, creche, moradia, saúde e transporte. Estudos demonstram que embora caracterizado como um repasse financeiro, os auxílios foram essenciais para permanência dos estudantes e há que se fortalecer a luta para que se torne uma política ampliada e universal.

Como principal premissa, o PNAES visa possibilitar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a igualdade de oportunidades, reduzir os efeitos das desigualdades que possam interferir no desenvolvimento do curso, atuar na retenção e evasão e democratizar a permanência do estudante.

Conforme Cunha et al (2022), é uma necessidade das políticas públicas a reparação mediante um contexto historicamente de desigualdades sociais que implicam no risco de não assegurar o direito à educação que para os estudantes em situação de vulnerabilidade é uma luta repleta de obstáculos, como a necessidade de trabalho em detrimento do estudo e a despesa para manutenção nos espaços escolares.

Vale ressaltar que enquanto política pública, é possível flexibilizar as ações da assistência estudantil. Ao considerar o contexto recente de pandemia que exigiu a criação de novos auxílios destinados à compra de equipamentos digitais e aquisição de serviços de internet para possibilitar o acesso às aulas remotas, Santos et al (2021) ressalta a alta eficácia e efetividade do programa em assegurar a permanência no curso, frente ao cenário ampliado de pobreza e escassez material.

Para o desenvolvimento e execução da política, o art. 8º do PNAES define que cabe ao “Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente” (BRASIL, 2010, p. 02). Contudo, viu-se nos últimos anos os constantes contingenciamentos e cortes orçamentários que afetaram drasticamente a manutenção das instituições federais de ensino, impactando diretamente na oferta de auxílios e potencializando a dificuldade de compatibilização entre o número de beneficiários e os recursos.

Nesse sentido, utilizaremos da Pedagogia Histórico Crítica (Saviani, 2011) para analisar o histórico de investimento em políticas de assistência estudantil e suas



influências no cotidiano dos estudantes. Considera-se que a interrelação entre o saber sistematizado e a realidade histórico-contextual refletem em um saber significativo, que passa pela análise crítica das estruturas sociais ao qual se está inserido, no qual permitirá a formação de agentes de transformação social.

Nesse caso faz-se necessário compreender o problema das relações sociais. Se a educação é mediação no seio da prática social global, e se a humanidade se desenvolve historicamente, isso significa que uma determinada geração herda da anterior um modo de produção com os respectivos meios de produção e relações de produção. E a nova geração, por sua vez, impõe-se a tarefa de desenvolver e transformar as relações herdadas das gerações anteriores. Nesse sentido, ela é determinada pelas gerações anteriores e depende delas. Mas é uma determinação que não anula a sua iniciativa histórica, que se expressa justamente pelo desenvolvimento e pelas transformações que ela opera sobre a base das produções anteriores. À educação, na medida em que é uma mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais. (SAVIANI, 2011, p. 121)

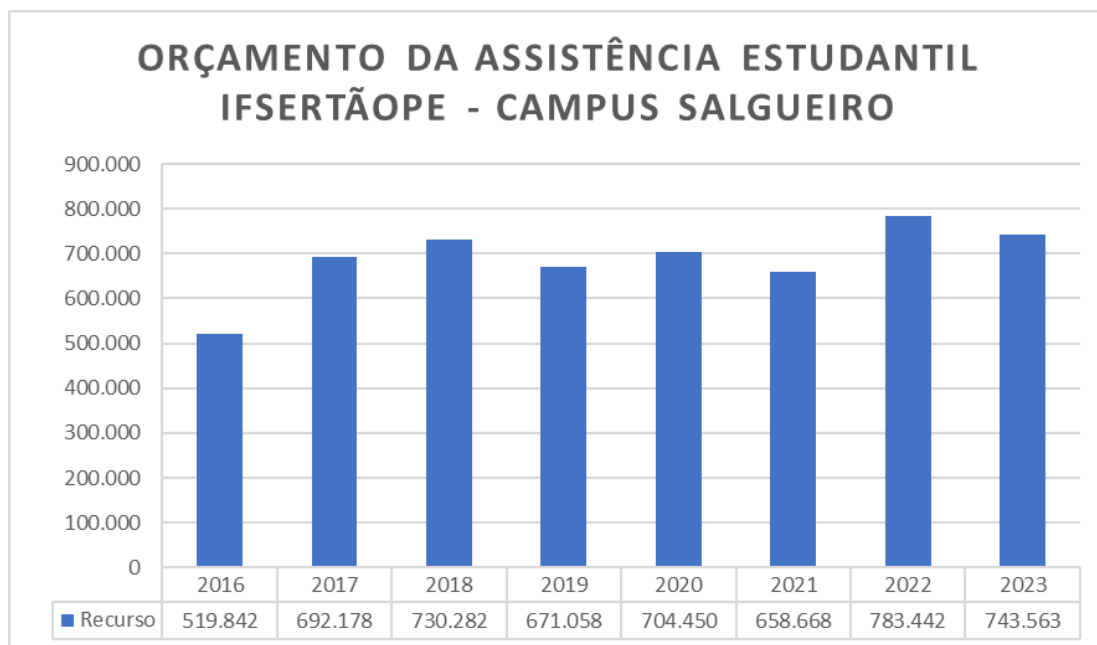
Em relação aos investimentos na educação, a partir de 2016 vê-se uma maior ação do Estado na regulação dos recursos financeiros e orçamentários em prejuízo desta área. Segundo Rebello (2016), a Proposta de Emenda Constitucional 241/55 (PEC do Teto de Gastos) em 2016 já apresenta indícios da limitação dos gastos públicos da União nas duas décadas seguintes. A partir de 2019 o congelamento, cortes de verbas e bloqueios temporários se tornam recorrentes, como demonstra Bomfim (2019), G1 (2022) e Todos pela Educação (2022), impactando os diversos setores e segmentos das instituições federais de ensino.

Dito isto, ressaltamos que embora a gestão institucional tenha priorizado a assistência estudantil dada a relevância desta política, o contexto de tensão e incerteza se impera, pois não se há garantias do recebimento dos benefícios, bem como passam a ocorrer com possíveis atrasos diante de uma necessidade social que é imediata.

No gráfico abaixo apresentamos o recurso orçamentário da Assistência Estudantil no Campus Salgueiro, com base em Instituto Federal do Sertão Pernambucano (2023), no período de 2016 a 2023. Ressalta-se que por se tratar do ano corrente, o valor referente a 2023 pode sofrer alterações.



Gráfico 1: Histórico do recurso orçamentário da assistência estudantil



Fonte: Painel de Execução Orçamentária e Financeira - IFSertãoPE

Os dados demonstram que embora houvesse leves variações de aumento e queda nos valores orçamentários destinados ao Campus Salgueiro após o ano 2016, estes permaneceram em um patamar próximo no decorrer dos 08 anos analisados. Conclui-se que se por um lado não houve uma desmonte na política com cortes no orçamento, é possível identificar que o recurso não acompanhou a progressão esperada para assegurar o atendimento aos alunos atuais e ingressantes.

Os efeitos dos limites na ampliação das vagas são consideráveis, com alunos aptos a acessar a política, mas em listas de espera nos Editais ou que na condição de beneficiário vivenciaram a incerteza do recebimento dos auxílios e/ou bolsas.

Cunha et al (2022) destaca além das emendas constitucionais de racionalização e congelamento de gastos, que a alteração da metodologia de base de cálculo do recurso orçamentária da assistência estudantil com base na plataforma Nilo Peçanha proporcionou em alguns casos a redução no orçamento e portanto, não se pode garantir os ajustes necessários para atender as reais necessidades dos estudantes, embora constata-se que a política é efetivamente um instrumento de inclusão, permanência e êxito.

Pesquisas demonstram a importância da assistência estudantil como instrumento de garantia da permanência e êxito de estudantes advindos de contextos sociais adversos. Reis e Gonçalves (2018) destacam que o perfil do público atendido



revela estudantes em situação de pobreza, com renda per capita bem inferior ao 1,5 salário-mínimo preconizado na política e quando considerado o público acima de 18 anos, são em sua maioria pessoas desempregadas ou subempregadas que buscam através da educação, a sua capacitação.

Assim, a proposta de revisão sistemática de literatura parte do seguinte questionamento: Como ocorre a definição orçamentária e financeira para fins de oferta de auxílios da assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's)?

Entende-se que em um contexto de escassez de recursos, é necessária uma divisão justa, transparente e com base em indicadores sólidos a fim de tornar a política de assistência estudantil eficaz e efetiva, isto é, que atenda todos aqueles que dela necessitem no percurso de permanência institucional na educação profissional e tecnológica e satisfaça o objetivo de permanência e êxito através da oferta de auxílios.

## **Material e métodos**

O presente trabalho aborda como a literatura apresenta a questão orçamentária e financeira dentro da política de AE nos IF's, com recorte temporal entre os anos 2008 a 2023, considerando como marco a criação dos IF's e consolidação em Rede Federal através Lei nº 11.892/2008. A pesquisa ocorreu nas seguintes bases de dados digitais: Revista Holos, Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Educação Profissional e Tecnológica em revista, Revista Labor, Portal Scielo e Google Acadêmico.

Vale esclarecer que nas Revista Brasileira de EPT (RBEPT), revistas Labor e EPT em revista o marco temporal utilizado foi a partir do ano que passaram a publicar edições, respectivamente em 2015, 2016 e 2017.

A base metodológica para desenvolvimento desta RSL seguiu a linha metodológica de Silva e Oliveira (2022; 2021), Araújo e Oliveira (2022; 2021), Paulino Júnior e Oliveira (2022), Costa e Oliveira (2020), Machado e Oliveira (2019) e, Oliveira e Gomes (2016; 2015). No intuito de responder à pergunta central da pesquisa, foram formulados os termos abaixo mencionados, conforme ordem apresentada:

**Quadro 1: Termos selecionados para string de busca**

Termos de 1ª ordem	Termos de 2ª ordem	Termos de 3ª ordem	Termos de 4ª ordem
Assistência estudantil, Programa Nacional de Assistência estudantil; PNAES	Divisão de recursos, critérios de divisão de recursos	Recursos financeiros, recursos orçamentários	Auxílios ofertados, oferta de auxílios

Fonte: Pesquisa direta

As combinações dos Strings de busca estão apresentadas no quadro a seguir, sendo utilizadas 05 combinações predefinidas nas 06 plataformas de busca. Os valores abaixo apresentam o número de resultados encontrados, porém após leitura do título e resumo alguns foram desprezados por não atenderem às condições contidas no Quadro 03 e 04, sendo apresentado também o número de documentos aproveitados. Vale ressaltar que quando se trata de uma mesma revista, um mesmo artigo pode estar contido em mais de um String de busca, e assim um mesmo documento repetir-se no quadro.

**Quadro 02 - Strings formadas para buscas**

ID	Strings
S1	("Assistência estudantil" or "PNAES" and "Divisão de recursos" or "Recursos financeiros" or "recursos orçamentários")
S2	("Assistência estudantil" or "PNAES" and "Divisão de recursos" and "Recursos financeiros" or "recursos orçamentários")
S3	("Assistência estudantil" or "PNAES" and "Divisão de recursos" and "Recursos financeiros" or "recursos orçamentários" and "oferta de auxílios")
S4	("Assistência estudantil" and "Recursos financeiros" or "recursos orçamentários")
S5	("AE" and "Divisão de recursos" and "recursos financeiros" or "recursos orçamentários" and "auxílios ofertados")
S6	("Student assistance" + "Division of resources" + "budget resources" + "Aid offered")
S7	("Student assistance" + "Division of resources" + "Financial resources" or "budget resources" + "Aid offered")
S8	("Student assistance" or "National Student Assistance Program" or "PNAES" and "Division of resources" or "criteria for dividing resources" and "Financial resources" or "budget resources" and "Aid offered" or "supply of aid")

Pesquisa direta.

Na tentativa de ampliar a pesquisa, houve buscas nas bases de dados Sciencedirect, Scopus Preview e Online library, com foco em resultados que pudessem constar nas palavras-chaves das *strings* S6, S7 e S8 do quadro 02.





Identificou-se que não há, no momento, resultados que atendam satisfatoriamente ao protocolo supramencionado nestas bases de dados.

Deste modo, encontrou-se inicialmente 09 artigos que atendiam os critérios da busca. Após leitura, 04 foram desprezados por abordarem estritamente o contexto de universidades federais ou ensino superior ou não atenderem a proposta da pesquisa no que se refere a questão financeira e/ou orçamentária, conforme critérios de exclusão indicados no quadro 03.

**Quadro 3: Critérios de inclusão e exclusão de materiais**

Critérios	ID	Descrição
Inclusão	I1	Artigos completos ou resumos publicados em anais de eventos ou periódicos científicos no acervo das bases listadas
	I2	Estudos que contemplem o financiamento e/ou orçamento para execução da política de assistência estudantil
Exclusão	E1	Trabalhos escritos em língua estrangeira
	E2	Apresentação de slides ou resumos publicados em anais de eventos, artigos publicados em magazine ou documentos oficiais regulatórios
	E3	Trabalhos em plataformas com restrições de acesso a usuários ou que não estejam disponíveis de forma gratuita
	E4	Trabalhos desenvolvidos estritamente no âmbito das Universidades Federais.
	E5	Trabalhos desenvolvidos que não contemplem a política de assistência estudantil ou a contemple dissociada da execução financeira e/ou orçamentária.
	E6	Artigos que aparentemente não contribuem para a pesquisa vigente.

Fonte: Pesquisa direta

A pesquisa está centrada apenas na análise de artigos que apresentem relação com a questão da execução da política de assistência estudantil e parte da indagação central: como ocorre a definição orçamentária para fins de oferta de auxílios da assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's)? A partir deste questionamento, realizamos o recorte em 06 perguntas específicas que tratam sobre o financiamento e/ou orçamentária da assistência estudantil, a oferta de auxílios e a relação com a permanência e êxito, conforme apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 4: Perguntas da pesquisa e suas respectivas motivações**

ID	Perguntas	Motivação
P1	Como está o estado da arte sobre o financiamento e aplicação orçamentária da assistência estudantil?	Conhecer como o tema proposto se apresenta academicamente.



P2	Como se apresenta a dotação orçamentária para fins de execução da Política de Assistência Estudantil?	Compreender a previsão orçamentária para a assistência estudantil nos últimos anos.
P3	Quais os principais auxílios ofertados no âmbito da Política de Assistência Estudantil?	Listar os principais auxílios priorizados pelas instituições de ensino para oferta através dos Editais.
P4	Como se apresenta a relação entre oferta e procura pelos auxílios?	Identificar se as vagas são suficientes (ou não) conforme a demanda pelos auxílios estudantis.
P5	Como é definida a oferta de auxílios a partir do recurso orçamentário para execução da política de assistência estudantil?	Conhecer quais são os critérios utilizados na divisão dos recursos para definição da quantidade de auxílios ofertados.
P6	A política de assistência estudantil por meio da oferta de auxílios contribui para permanência e êxito dos estudantes?	Identificar se há contribuição da política de assistência estudantil no processo de permanência e êxito dos estudantes e em que medida ocorre.

Fonte: Pesquisa direta.

Tendo em vista que esta revisão sistemática de literatura analisa a execução da política de assistência estudantil nos IF's, o item seguinte abordará questões relativas à distribuição e uso do recurso orçamentário e financeiro, aos principais auxílios estudantis ofertados, relação entre oferta e demanda e o impacto destas ações na permanência e êxito dos estudantes no curso.

## Resultados e discussão

Após a realização do protocolo de revisão sistemática de literatura, identificou-se que 05 artigos apresentam discussões que atendem ao intuito de conhecer como a política de assistência estudantil se apresenta na literatura, nos aspectos pertinentes à oferta de auxílios, questão financeira e/ou orçamentária e na perspectiva de permanência e êxito. O quadro 5 apresenta as quantidades de artigos selecionados por etapa da RSL, enquanto o quadro 6 apresenta as informações estão distribuídas nos artigos selecionados:

**Quadro 5. Análise dos trabalhos selecionados por fase.**

Strings	Holos		Labor		RBEPT		EPT em revista		Google Acadêmico		SciELO	
	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>
S1	10	0	1	0	5	0	2	1	1	0	9	0
S2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
S3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S4	2	0	14	0	5	0	2	1	936	3	34	1
S5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Fonte: Pesquisa direta.

**Quadro 6. Análise dos trabalhos selecionados**

Autor(es)	Técnicas utilizadas para coleta de dados	Contribui de forma relevante sobre a questão financeira e/ou orçamentária da AE.	Apresenta contribuição significativa quanto aos auxílios da AE.	Apresenta informações pertinentes a permanência e êxito através da política de AE.
Anjos (2019)	Estudo de caso	✓	✓	
Melo, Bax e Marques (2021)	Estudo de caso		✓	✓
Silva e Silva (2021)	Pesquisa bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas	✓	✓	✓
Goin e Miranda (2022)	Pesquisa bibliográfica e documental	✓	✓	
Moraes e Almeida (2023)	Pesquisa bibliográfica e documental	✓	✓	✓

Fonte: Pesquisa direta.

Após levantamento de dados e análise, é possível destacar em relação ao estado da arte sobre o financiamento e aplicação orçamentária da assistência estudantil que as pesquisas ainda são tímidas, resumindo-se a apresentar o contexto histórico recente de recessão e contingenciamento na educação federal após 2016 e



agravada com a pandemia de saúde pública de 2020, bem como se apresentam de forma mais evidente no contexto do ensino superior e das universidades federais, em detrimento aos institutos federais.

Ainda em relação a proposição apresentada em P1 (quadro 4), ressaltamos as contribuições de Melo, Bax e Marques (2021) a partir de estudo de caso no IFMG e Silva e Silva (2021) por meio de pesquisa de campo no IFPE, ao discutirem a questão financeira e orçamentária da assistência estudantil apresentando um resgate histórico da consolidação do programa através do Decreto 7234/2010 que garantiu uma dotação orçamentária própria, com aumento expressivo no recurso. Nesse contexto, conforme Silva e Silva (2021), o orçamento passa pela Lei Orçamentária Anual - LOA, com rubrica própria, que no caso dos institutos federais é assistida através da ação 2994 - Assistência ao educando da educação profissional. Anjos (2019), com base em um estudo de caso no IFBaiano, destaca que o Plano Nacional de Educação de 2014-2024 prevê como meta a elevação dos recursos investidos na assistência estudantil ocorrida de forma gradual após 2014, mas que anos após passa por quedas constantes.

Ao responder a proposição da P2 (quadro 4), no qual indaga como se apresenta a dotação orçamentária para fins de execução da Política de Assistência Estudantil, identifica-se que com a recessão orçamentária e financeira em meados de 2017 a 2018, de acordo com Silva e Silva (2021), ocorre a impossibilidade da oferta dos auxílios nos mesmos moldes já executados, sendo realizado a diminuição no quantitativo, uso de recursos do custeio e até mesmo a não oferta de auxílio financeiro. Moraes e Almeida (2023) reiteram o desafio de executar ações básicas para funcionamento das instituições federais frente aos cortes e contingenciamentos sofridos, sendo uma realidade a redução no valor do benefício da assistência estudantil e a redução do número de vagas, resultando em lista de espera.

Ao analisar como se apresenta a relação entre oferta e procura pelos auxílios, conforme P4 (quadro 4), Goin e Miranda (2022) destacam que devido o recurso insuficiente, ainda que haja o cumprimento de critérios de acesso a política, estudantes podem não vir a acessá-la, ficando em lista de espera. Melo, Bax e Marques (2021) destacam que como não houve alteração substancialmente positiva no orçamento desde 2015, não foi possível ampliar a oferta de vagas e uma vez que nem todos são contemplados, pode ser um fator para não permanência na instituição.



Goin e Miranda (2022) realizam uma crítica ao fato de o orçamento definir as possibilidades de atendimento e não o contrário, isto é, as necessidades apresentadas pelo corpo discente é que deveriam definir o custo orçamentário da política. Os autores destacam a importância do orçamento no montante adequado a fim de atenuar os efeitos das desigualdades sociais.

Dentre os principais auxílios ofertados no âmbito da Política de Assistência Estudantil, por critérios de vulnerabilidade socioeconômica, conforme questionado em P3 (quadro 4), Goin e Miranda (2022), Silva e Silva (2021), Anjos (2019) e Moraes e Almeida (2023) listam os auxílios alimentação, transporte, moradia, creche e material escolar. Anjos (2019) e Moraes e Almeida (2023) ressaltam ainda a atuação da política em auxílios com viés de inclusão social, cultura, esporte, lazer e saúde.

Quanto às formas para definir a oferta de auxílios a partir do recurso orçamentário, em resposta a indagação P5 (quadro 4), Goin e Miranda (2022) destacam a necessidade por parte dos profissionais técnicos que lidam com a política em conhecer de forma aprofundada a realidade concreta no qual o público-alvo da política se encontra, para promover intervenções condizentes com suas necessidades. Anjos (2019) reflete sobre a participação dos estudantes na divisão de recursos, como uma forma de gestão participativa no orçamento. Silva e Silva (2021) cita que não há um direcionamento definido sobre o uso dos recursos, ocorrendo o planejamento nos inícios de ano letivo conforme demanda de professores e gestores, utilizando como parâmetro a experiência de uso dos recursos no ano anterior. Sugere-se então como uma alternativa a criação de um conselho gestor, no qual haja a participação de representantes docentes, discentes, administrativos, pais, estudantes e comunidade externa.

No que se refere a indagação sobre a contribuição da política de assistência estudantil por meio da oferta de auxílios para permanência e êxito dos estudantes, segundo Silva e Silva (2021) há uma relação direta entre a política de AE e a permanência e êxito do discente, no qual quanto maior o apoio financeiro, melhor o desempenho do estudante. Melo, Bax e Marques (2021) também indicam a relação direta entre a condição de beneficiário dos auxílios e um melhor rendimento acadêmico. Moraes e Almeida (2023) destacam a relação entre o acesso aos auxílios e a redução nos índices de evasão e garantia da permanência, comprovando seu impacto positivo.



Fundamentado nesta revisão sistemática de literatura realizada a partir dos Strings de pesquisa definidos e da leitura de artigos selecionados, foi possível constatar que a restrição e congelamento orçamentário ocorrido após 2016 é agravada no contexto de pandemia de saúde ocorrida em 2020 no qual impactou diretamente na limitação ou impossibilidade da oferta de auxílios da assistência estudantil, com consequências inclusive na manutenção das atividades essenciais das instituições federais de ensino.

Entretanto, vale reconhecer que a consolidação do PNAES enquanto decreto federal permitiu uma garantia orçamentária direcionada exclusivamente para a assistência estudantil e entre os anos 2010-2016 apresentou uma crescente evolução. No cenário atual, prioriza-se a oferta de auxílios referente a necessidades básicas (alimentação, transporte, moradia, creche e material escolar) a partir de seleções, pois não é possível atender a todos os estudantes que têm perfil para acessar a política. A gestão participativa, especialmente com o envolvimento dos estudantes nas decisões, é uma excelente contribuição na análise dos critérios para divisão dos recursos.

É válido frisar, à luz da Pedagogia Histórico Crítica, que o planejamento e execução das ações da assistência estudantil está inserido e é determinado por uma estrutura política hegemônica neoliberal. Nesse contexto, a política pública que deve ser ação de Estado pode se tornar uma política de Governo e assim, atuar conforme os interesses de quem a implementa. Nos últimos anos os bloqueios e contingenciamentos de recursos promoveram um cenário de instabilidade e incertezas no campo da educação, refletindo em uma política marcada pela focalização, fragmentação e descontinuidade.

### **Considerações finais**

A presente revisão permitiu conhecer de forma mais aprofundada como se apresenta na literatura o tema proposto, conforme Strings estabelecidos. Assim, pode-se considerar que o objetivo proposto foi alcançado, ao permitir analisar à luz do conhecimento científico como a questão financeira e orçamentária na oferta de auxílios da assistência estudantil é gerenciada a partir das experiências de diferentes IF's, apesar do limitado número de produções nesta temática.



Após análise, foi possível identificar que a questão da divisão de recursos orçamentários e financeiros da assistência estudantil ainda é incipiente. Há também um predomínio de pesquisas centradas em universidades federais em detrimento dos institutos federais e da educação profissional e tecnológica. É unânime que a insuficiência de recursos pode comprometer o alcance da permanência e êxito estudantil. As principais propostas para um melhor uso do recurso se referem a potencializar o trabalho da equipe técnica através de meios digitais e análise aprofundada da realidade, ensejando a luta pela ampliação de recursos, bem como o controle e gestão social, com a participação de membros internos e externos à instituição.

Sem dúvidas, prover as condições materiais para custeio e manutenção das despesas básicas do percurso de formação estudantil permite que o estudante acesse e permaneça na instituição. Entretanto, uma vez que uma parcela de estudantes que se enquadra no perfil socioeconômico não acessa a política pela quantidade limitada de vagas, repensar e replanejar o recurso existente a partir das necessidades do público pode ser uma via.

Por fim, novas pesquisas nesta temática se fazem necessárias a fim de conhecer como o programa se desenvolve no cotidiano dos IF's e identificar suas potencialidades e limitações quanto ao uso e gerenciamento do recurso financeiro e orçamentário da assistência estudantil, considerando que versa sobre direitos sociais fundamentais, no qual precisam ser devidamente garantidos e concretamente efetivados para a população usuária.

Sugere-se, como discussão em trabalhos futuros, o levantamento com base nos contextos reais de execução da política de assistência estudantil a partir da vivência dos alunos nos anos de contingenciamento e bloqueio orçamentários, a exemplo da pesquisa etnográfica, a fim de compreender os efeitos da política neste momento histórico.

## Referências

ANJOS, N. B. Tira a mão da minha assistência estudantil: movimento estudantil em tempos de cortes orçamentários. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 16, 2019, Brasília - DF. **Anais eletrônicos** - Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/245/240>. Acesso em: 18 set. 2023.



ROCHA, E. S.; OLIVEIRA, F. K. Critérios para divisão de recursos financeiros e orçamentários da Política de assistência estudantil na rede federal: revisão sistemática de literatura. *Revista Semiárido De Visu*, V. 11, n. 3, p. 682-698, 2023. ISSN 2237-1966.

ARAÚJO, A. C. S.; OLIVEIRA, F. K. Análise comparativa das ferramentas de tradução português Libras: Comparative analysis of Portuguese/BSL translation technological tools. *Revista Semiárido De Visu*, [S. l.], v. 10, n. 3, 2022. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/397>. Acesso em: 12 out. 2023.

ARAÚJO, A. C. S.; OLIVEIRA, F. K. de. Revisão Sistemática da Literatura sobre Tecnologias digitais de informação e comunicação de tradução do par linguístico Português Libras. *Revista Semiárido De Visu*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 286-299, 2021. DOI: 10.31416/rsdv.v9i3.305. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/305>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 10 mai. 2023.

BOMFIM, B. Contingenciamento de recursos mobiliza Rede Federal. **Portal CONIF**, Brasília - DF, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/ultimas-noticias/253-contingenciamento-de-recursos-mobiliza-rede-federal>. Acesso em: 19 dez. 2023.

COSTA, M. G. N. da .; OLIVEIRA, F. K. de . A prática docente de professores não licenciados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Semiárido De Visu*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 512-523, 2020. DOI: 10.31416/rsdv.v8i3.36. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/36>. Acesso em: 12 out. 2023.

CUNHA, M. S, *et al.* Políticas de Assistência Estudantil, no contexto da pandemia do Covid-19, para permanência discente. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. 1-18, 2022.

G1. MEC volta atrás e desbloqueia os R\$ 366 milhões de universidades e institutos federais, dizem entidades. **Portal G1**, São Paulo, 01 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/mec-volta-atras-e-desbloqueia-verba-de-instituicoes-federais-diz-andifes.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2023.

GOIN, M.; MIRANDA, A. de M. Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil. *Revista Katálysis*, 25(2), p. 415-424, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wGY3qxCbhNp4Gp9L47BhVnf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Painel de Execução Orçamentária e Financeira - IFSertãoPE**. Petrolina - PE, 2023. Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/9e1c749b-0485-4d47-adf4-e0baa85fbc17/page/dakSC>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MACHADO, Yane Ferreira; DE OLIVEIRA, Francisco Kelsen. Orientação profissional, gamificação e educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática de literatura. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 108-126, 2018. DOI: 10.36524/profept.v3i1.380. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/380>. Acesso em: 1 jan. 2023.

MARQUES, C. R.; FERREIRA, S. L. Política de assistência estudantil no IFSP - Campus avançado Ilha Solteira: acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica de nível médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 7, n. 2, p. 125-141, 2023. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1522>. Acesso em: 18 set. 23.

MELO, E. C.; BAX, M. P.; MARQUES, Y. B. Visualização dos dados de candidatos a auxílios socioeconômicos em grafos: estudo de caso no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, p. 1-11, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Usso%20Pessoal/Downloads/82607-338720-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.





ROCHA, E. S.; OLIVEIRA, F. K. Critérios para divisão de recursos financeiros e orçamentários da Política de assistência estudantil na rede federal: revisão sistemática de literatura. *Revista Semiárido De Visu*, V. 11, n. 3, p. 682-698, 2023. ISSN 2237-1966.

MORAES, A. dos S.; ALMEIDA, J. S. Cortes orçamentários e contingenciamentos de recursos da educação: Impactos na política de assistência estudantil do instituto Federal Baiano, Campus Senhor do Bonfim. **EPT em revista**, v. 7, n. 1, p. 111-130, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v7i1.1340>. Acesso em: 18 set. 23.

REBELLO, A. Estudo diz que PEC do teto de gastos pode tirar R\$ 25,5 bi por ano da educação. **UOL**, São Paulo, 25 out. 2016. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/25/estudo-diz-que-pec-do-teto-de-gastos-pode-tirar-r-255-bi-por-ano-da-educacao.htm>. Acesso em: 19 dez. 2023.

OLIVEIRA, F. K.; GOMES, A. S. Revisão sistemática da literatura. **Métodos e pesquisas em Educação**, v. 1, p. 164, 2016.

OLIVEIRA, F. K.; GOMES, A. S. Uma revisão sistemática da literatura sobre ferramentas de autoria de IMS-LD. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)**. 2015. p. 376.

PAULINO JÚNIOR, J. W.; OLIVEIRA, F. K. Pensamento computacional com ênfase no ensino de Lógica de programação: revisão sistemática de literatura: Computational thinking with emphasis on teaching programming logic: systematic literature review. **Revista Semiárido De Visu**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2022. DOI: 10.31416/rsdv.v10i3.396. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/396>. Acesso em: 12 out. 2023.

REIS, E. M. C.; GONÇALVES, A. O. Programa de promoção à permanência: perfil dos discentes do instituto federal de ciência e tecnologia de Brasília. **Holos**, v. 3, p. 379-394, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4044>. Acesso em 08 set. 2023.

SANTOS, S. R. dos; *et al.* Políticas de assistência estudantil e permanência de estudantes na pandemia: reflexões a partir da experiência do IFN-Campus Natal Central. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 167-192, jul./dez. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65467/1/2021\\_art\\_srsantosccdrago.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65467/1/2021_art_srsantosccdrago.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

SAVIANI, D. Contextualização histórica e teórica da pedagogia histórico-crítica. In: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11<sup>o</sup> ed. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 111-125.

SILVA, G. G.; OLIVEIRA, F. K. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: Uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina - PE, v. 9, n. 3, p. 335-343, 2021. DOI: 10.31416/rsdv.v9i3.308. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/308>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, G. H.; OLIVEIRA, F. K. Pensamento Computacional e STEAM numa perspectiva interdisciplinar com a matemática e informática: Uma revisão sistemática de literatura: Computational Thinking and STEAM in an interdisciplinary perspective with mathematics and informatics: A systematic literature review. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina - PE, v. 10, n. 3, p. 210-223, 2022. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/399>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, C. E. C.; SILVA, K. N. P. A política de assistência estudantil do IFPE: conhecendo os programas e a definição orçamentária no campus Pesqueira. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v.10, n<sup>o</sup> 19, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133848536>. Acesso em: 08 out. 23.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quatro anos de descaso com a educação. **Todos pela Educação**, 25 out. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/>. Acesso em: 19 dez. 2023.